

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA – CECAPS

Daniela Dias Gomes

NOTAS AVALIATIVAS SOBRE O PROCESSO DE ADESÃO – EVASÃO DE
MORADORAS DE UMA COMUNIDADE POBRE À UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

Belo Horizonte

2013

Daniela Dias Gomes

NOTAS AVALIATIVAS SOBRE O PROCESSO DE ADESÃO – EVASÃO DE
MORADORAS DE UMA COMUNIDADE POBRE À UMA POLÍTICA PÚBLICA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas.

Orientador Vanderson Carneiro

Belo Horizonte

2013

Resumo

Considerando o cenário brasileiro caracterizado pela extrema desigualdade social, a economia solidária vem sendo elencada como uma estratégia possível de inclusão produtiva e promoção do desenvolvimento local em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, especialmente para as mulheres, devido as dificuldades que essas encontram no acesso ao mercado de trabalho, ocasionado na maioria das vezes pelas desigualdades de gênero. Contudo, inúmeros aspectos se apresentam como facilitadores e dificultadores para que a Economia Solidária de fato se consolide como geradora de melhorias locais. O presente trabalho pretende analisar essas questões através da experiência de um empreendimento econômico solidário implementado em uma comunidade de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Através da constituição do Salão de Beleza Afroarte serão analisados os aspectos que motivaram a adesão e permanência dos moradores ao projeto, os aspectos que favoreceram a evasão dos participantes ao longo de todo o seu período de execução, bem como a influência das questões de gênero na participação de mulheres em situação de violência em empreendimentos de economia solidária. Esse último aspecto merece destaque haja vista que as ações do projeto visavam não apenas a geração de trabalho e renda, mas também o empoderamento, o protagonismo, a promoção dos sujeitos e do desenvolvimento de suas comunidades.

Palavras chave: Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Gênero.

Abstract

Considering the Brazilian scenario characterized by extreme social inequality, the social economy has been seen as a possible strategy for productive inclusion and promoting local development in areas marked by social vulnerabilities, especially for women, because these are the difficulties in market access work, caused in most cases by gender inequalities. However, many aspects are presented as facilitating and difficulty for the Solidarity Economy in fact be consolidated as a generator of local improvements. The present study aims to examine these issues through the experience of an economic enterprise implemented in a supportive community of Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Through the establishment of Beauty Afroarte be analyzed aspects that motivated the accession and retention of residents to the project, aspects that favor the avoidance of participants throughout the period of its implementation as well as the influence of gender on participation of women in situations of violence in social economy enterprises. This last point deserves attention given that the actions of the project aimed not only at generating jobs and income, but also the empowerment, leadership, promotion of the subjects and the development of their communities.

Keywords: Solidarity Economy, Local Development, Gender.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	03
2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE COMUNIDADES POBRES	04
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	08
4	INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DE MULHERES POBRES: A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO	10
5	A EXPERIÊNCIA DO EMPREENDIMENTO ECONOMICO SOLIDÁRIO AFROARTE	13
	a. O território	13
	b. Articulação em rede e Mobilização Social	15
	c. Salão Afroarte: construindo uma ação de protagonismo	19
	• O desenho do projeto	19
	• Um convite a Economia Solidária e o entrave de gênero	20
	• A constituição do EES	26
	d. Desafios para sustentabilidade do EES	28
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o processo de adesão e evasão de mulheres pobres moradoras da comunidade Vila Bispo de Maura, localizada no município de Ribeirão das Neves – Minas Gerais ao empreendimento econômico solidário (EES), o Salão de Beleza AFROARTE, fruto de uma política pública de Economia Solidária.

O EES Afroarte se constituiu através da articulação entre duas ações públicas: o Projeto Geração Solidária e o Projeto Farol. O primeiro é uma política pública federal, fruto da parceria entre a Associação Preparatória de Cidadãos do Amanhã¹ (APRECIA), o Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); cujo enfoque é a prevenção da criminalidade, a promoção da cidadania e do desenvolvimento local sustentável de territórios com altos índices de vulnerabilidade social por meio de ações de geração de renda na economia solidária. O segundo é uma ação do Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR) da Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, cuja proposta é construir, de forma participativa e integrada às políticas setoriais locais, estratégias orientadas para a compreensão do contexto social que promovam o acesso aos serviços de saúde na atenção primária e potencializem a geração de renda em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte.

O Salão de Beleza Afroarte iniciou seu processo de constituição em meados de agosto de 2010 e desde então foi marcado por muitos conflitos, avanços e retrocessos. Vinculado aos projetos anteriormente mencionados, o grupo apresentou grande rotatividade, significativa evasão de integrantes, bem como muitos questionamentos relacionados aos princípios da economia solidária.

Considerando as ações desenvolvidas e a trajetória do empreendimento Salão de Beleza Afroarte, neste trabalho almeja-se contribuir para o debate sobre os aspectos facilitadores e dificultadores no processo de implementação de coletivos de geração de renda vinculados, especialmente, à políticas públicas de economia solidária para mulheres moradoras de territórios com altos índices de vulnerabilidades sociais, bem como apontar os

¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que já atuava em territórios de Belo Horizonte e Região Metropolitana desenvolvendo projetos na perspectiva da Economia Solidária.

desafios de se elencar a economia solidária como uma forma de enfrentamento das situações de risco social e combate a pobreza.

No que tange ao aspecto metodológico, será realizado o resgate histórico sobre o processo de constituição e implementação do Salão de Beleza Afroarte, bem como o levantamento de dados sobre o território e os desafios para a sustentabilidade do empreendimento. Cabe ressaltar que os dados foram obtidos devido a minha participação durante todo o projeto como assessora do empreendimento econômico solidário Afroarte, sendo responsável pelas atividades de mobilização social, pelo acompanhamento do grupo em todas as atividades externas e internas, bem como pela realização de intervenções psicossociais, dinâmicas de grupo e condução das rodas de conversa.

A partir destes elementos, serão tecidas considerações tendo como base uma breve revisão bibliográfica sobre os temas: políticas públicas de desenvolvimento territorial de comunidades pobres, inclusão socioproductiva e gênero, bem como políticas públicas de economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento.

2. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/TERRITORIAL DE COMUNIDADES POBRES

Historicamente, o estado brasileiro não cumpriu sua função distributiva e não conduziu a economia nacional na direção da inclusão social. Até a década de 70, acreditou-se que, naturalmente, a redistribuição de renda e a incorporação dos sujeitos ao trabalho assalariado seriam trazidas através do desenvolvimento de forças produtivas e pela industrialização. Somente na década de 80, período em que se constatou que o crescimento econômico estava intrinsecamente relacionado com o aumento das desigualdades sociais, verifica-se a necessidade de formular estratégias de desenvolvimento com inclusão social.

O conceito de desenvolvimento local somente assumiu validade e utilidade na sociedade contemporânea após sua afirmação científica, através de estudos desenvolvidos nos anos 70, e após seu reconhecimento político institucional na década de 90, devido as experiências exitosas de políticas públicas internacionais. Considerando essas contribuições, AMARO (2009) elabora uma primeira concepção de desenvolvimento local:

Trata-se do processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (p.108).

Para além do ponto de vista espacial, segundo esse autor, o desenvolvimento local corresponde as diversas iniciativas de base local, nas quais seus atores buscam encontrar soluções para os problemas decorrentes de crises econômicas, tecnológicas, ambientais e políticas.

Por volta dos anos 50, técnicos de organismos internacionais (ONU) e organizações não- governamentais, responsáveis pelo campo das primeiras intervenções comunitárias, construíram o conceito de “Desenvolvimento Comunitário”, pautado por três ideias básicas que fundamentaram as primeiras ações de desenvolvimento local: a) realização de diagnóstico das necessidades das comunidades locais a partir do apoio destas, b) Utilização dos recursos e capacidades da própria comunidade como embasamento para as responder a essas necessidades, c) A abordagem dos problemas e soluções deve ocorrer de maneira integrada, abarcando suas várias componentes e áreas de intervenção, tais como alimentação, educação, saúde, emprego, rendimento, cultura, etc.)

Haja vista essas constatações, experiências e estudos posteriores, AMARO (2009) propõe uma definição mais aprofundada do conceito de Desenvolvimento Local a partir de dez atributos:

1. Um processo de mudança que conduza a melhoria das condições de vida e bem-estar da população,
2. Centra-se em uma comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela potencial ou real capacidade de estabelecer uma identidade comum, mobilizar solidariedades de ação e que vislumbram a autonomia e afirmação do seu destino;
3. Tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta às necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
4. Conta com a mobilização das capacidades locais;

5. Adota metodologias participativas;
6. Conta com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos;
7. Adota uma perspectiva integrada ao abordar os problemas e soluções;
8. Exige uma lógica de trabalho em parceria, através da articulação dos vários atores, dos protagonistas e das instituições locais ou atuantes no local;
9. Possui capacidade de impacto tendencial em toda a comunidade;
10. Conta com uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.

Vale ressaltar a forte ligação entre esta concepção e a concepção anteriormente apresentada de Desenvolvimento Comunitário, devido a mesma perspectiva de desenvolvimento e lógica de intervenção.

O surgimento do desenvolvimento local como conceito e prática ocorre simultaneamente a aceleração dos processos de globalização das sociedades contemporânea, principalmente no que se refere a seus aspectos econômicos e financeiros. Nesse sentido, a promoção do desenvolvimento local, em muitos casos, surge como uma estratégia das comunidades de resistir às consequências danosas do capital, da crise do Estado, bem como da homogeneização cultural e destruição das especificidades comunitárias provocadas pela globalização.

Na tentativa de promover o desenvolvimento local em cenários onde a pobreza se torna uma condição social, muitas intervenções na prática se limitam em ações de combate apenas à falta de recursos, o que gera interferências somente no aspecto econômico dessas comunidades pobres. Como estratégia para esse fim, grande parte dessas ações tende a promover uma economia de mercado, que, segundo REIS (2003), além de reproduzir continuamente as desigualdades, associado a outros eventos, requereria uma atuação contínua do Estado, que deveria agir distributivamente, com o objetivo de minimizar as externalidades.

Considerando a incapacidade do Estado em garantir de maneira eficaz ações de distribuição de renda, e, uma vez que a desigualdade é inerente ao sistema capitalista, como consequência a esse tipo de intervenção, ao invés de promover o desenvolvimento local, o

estímulo à economia de mercado instiga ainda mais a competitividade e busca por interesses meramente individuais e não coletivos.

Sendo assim, ao vislumbrarmos possíveis estratégias que almejem a promoção do desenvolvimento local de comunidades pobres, a economia solidária é elencada como uma das formas de enfrentamento e superação das situações de desigualdade. Segundo SCHIOCHET (2011)

Uma conjuntura permeada pelo desemprego, precarização, exclusão, desigualdade, descenso da luta social e política neoliberal compõe o contexto da expansão da econômica solidária, das experiências econômicas concretas, empreendimentos econômicos solidários e da crescente opção dos movimentos sociais, sindical, universidades e organizações populares por uma nova forma de luta social, a partir da organização econômica das pessoas (p.445).

Ao considerarmos estes pressupostos, evidenciamos os desafios do Estado capitalista para implementação de políticas públicas de economia solidária. No âmbito das ações do Estado observamos que em grande parte sua atuação enquanto “estado mínimo” de fato configurou-se como um estado máximo para o capital, através dos grandes repasses para os setores financeiros e a pouca responsabilidade pública com as mazelas sociais. Verifica-se ainda que, na prática, muitas iniciativas se deram de forma precária e o Estado arrisca-se em assumir a contramão dos aspectos defendidos pelo movimento de Economia Solidária. (SCHIOCHET,2011).

Contudo, apesar de todos os entraves, e ainda que muitas vezes não consigam assumir-se enquanto estratégia ao sistema capitalista, muitas experiências exitosas motivam a utilização da economia solidária como estratégia de desenvolvimento local, haja vista seu potencial de beneficiar a coletividade e de trazer para os cidadãos conquistas que vão para além dos aspectos financeiros e econômicos, como veremos a seguir.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Conforme aponta SINGER (2002) a Economia Solidária apresenta-se como uma nova proposta de geração de renda alternativa e contrária aos modos de produção capitalista hegemônico. Enquanto neste último as atividades econômicas encontram-se pautadas na competitividade, desigualdade, na expropriação e abuso de poder de uns sobre os outros visando o aumento dos lucros financeiros, a perspectiva da Economia Solidária apresenta-se fundamentada na autonomia, cooperação, colaboração, igualdade, solidariedade e no fortalecimento dos vínculos coletivos e humanitários (RATTNER, 2008).

Embora possua entre os seus objetivos a geração e elevação de renda, a Economia Solidária (Ecosol) não se restringe apenas ao acúmulo dos recursos financeiros e produção de novos consumidores para o mercado. Antes, tem como objetivo a melhoria e transformação das condições de vida, o resgate da justiça social e dignidade humana, bem como a produção de novas relações sociais entre sujeitos e entre estes e o meio ambiente (SINGER, 2002; VERONESE, 2008).

Mais do que uma ideologia utópica, trata-se de um movimento instituinte que contrapõe-se ao sistema capitalista, naturalizado e disseminado em todos os setores da sociedade contemporânea, inclusive nas camadas populares que mais sofrem com o processo de alienação (RAIMBEAU, 2008). Para atingir seus objetivos, propõe-se a construção de novos modos de organizar, desenvolver e avaliar as atividades de trabalho, valorizando-se a participação coletiva, a autogestão e a construção de vínculos entre estes empreendimentos e os territórios onde estão inseridos (SINGER, 2002; SINGER, 2007).

Em suma, a Ecosol apresenta pelo menos três premissas que constituem condições para que possamos pensá-la enquanto estratégia de promoção do desenvolvimento local: a) possibilidade de organização autônoma dos trabalhadores; b) possibilidade de organização produtiva não hierarquizada, e c) possibilidade de organização de formas de produção que não sejam subsidiárias do modo de produção hegemônico. Esses três pontos configuram a ideia de solidariedade e se associam a três aspectos combinados: a autonomia, a igualdade e a estrutura contra-hegemônica relativamente aos valores capitalistas e à gestão burocrática das políticas.

Outra contribuição importante da economia solidária ao desenvolvimento local é o deslocamento da ideia de emprego e consequente substituição pela ideia de trabalho. A economia solidária em sentido amplo estaria relacionada ao desassalariamento da economia, refletindo uma transformação da noção de políticas de emprego para a ideia de políticas de geração de trabalho e renda. Para ARAUJO e SILVA (2005)

Há também um deslocamento da ideia de que os mercados (administrados ou não) seriam insuficientes para indução da inclusão social, e para realizá-la seriam necessárias ações sistemáticas e estruturadas que aproveitassem as dinâmicas locais e assim fossem potencializadas suas virtualidades (p.30)

Conforme destaca SINGER (2007), tendo em vista seus objetivos e pressupostos teóricos, o desenvolvimento de práticas orientadas pelos referenciais da Economia Solidária ainda apresentam-se como um grande desafio. O modo de produção capitalista e sua influência nas formas de organização dos processos de trabalho tendem a orientar uma ética individualista, consumista e imediatista, dificultando a abertura dos sujeitos à perspectivas coletivas, participativas e que não se ancoram em premissas estritamente econômicas. Por outro lado, estudos apontam para a efetividade e viabilidade das ações de Economia Solidária, sobretudo na mobilização e organização de territórios com grande vulnerabilidade econômica e social (REINTJES, 2008; VERONESE, 2008).

Merece destaque a experiência do Projeto “Cidade de Deus e de Direitos” desenvolvido na comunidade Cidade de Deus – Rio de Janeiro, cujo objetivo é o incentivo a economia solidária como um processo amplo de cooperação, presente de forma generalizada pelo território local e se apresentando como uma possibilidade efetiva de construção do desenvolvimento sob novas bases. Apesar do cenário de desemprego, despreparo da população para o mercado de trabalho, frágil identidade comunitária e estratificação social, constatou-se que a solidariedade entre os moradores era vista pelos mesmos como a única alternativa para a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Após um período de qualificação e formação em economia solidária, foi constituída a COOPFORTE CDD – Cooperativa de Trabalho Forte da Cidade de Deus, um empreendimento de construção civil baseada nos preceitos da economia solidária. A COOPFORTE CDD constitui-se num significativo espaço de luta de alguns trabalhadores da

CDD que buscam garantir renda para suas famílias, potencializar o desenvolvimento de sua comunidade e assim desmistificar os “rótulos” negativos dados para comunidade. Para SANTOS (2008)

A prática da economia solidária promove melhores relações entre os trabalhadores e com o que está fora do EES, a vivência no grupo os tornou pessoas capazes de conduzir um empreendimento com responsabilidade e compromisso com o que os cerca. A valorização da ajuda mútua corresponde a uma perspectiva de que com união, somando forças, ajudando a solucionar problemas há de se alcançar resultados melhores no desenvolvimento do EES e conseqüentemente da comunidade. Dessa forma, vivenciar e descobrir a experiência da economia solidária é importante para o processo de desenvolvimento local/regional. (p.9)

A ES está diante deste cenário, onde por um lado, apresenta-se diante de uma ética individualista, consumista e imediatista, e por outro lado, propõe outras formas de vida econômica, baseada nos princípios solidários, que vem sendo desenvolvidas em regiões pobres com resultados bem significativos. No intuito de que a economia solidária seja capaz de realmente atingir seus propósitos de melhoria nas condições de vida dos sujeitos é necessário que outros elementos sejam garantidos, haja vista que dadas as condições atuais, os empreendimentos econômico solidários não dispõe de condições para superar sozinhos as principais fragilidades e dificuldades que enfrentam. Para que se tornem realmente viáveis economicamente, socialmente justos e capazes de promover o desenvolvimento local fazem-se necessários aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis em seu interior.

3. INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DE MULHERES POBRES: A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO

A economia de maneira geral tende a ignorar todos os tipos de produções, embora muitas sejam cruciais para a sobrevivência e bem estar das pessoas. O setor não formal, incluindo-se neste o trabalho doméstico e reprodutivo, torna-se desvalorizado pelo mercado. Tamanha omissão caracteriza o viés androcêntrico da economia e em decorrência disso, observa-se a tendência desta de ignorar as especificidades delimitadas pelas questões de gênero.

Gênero pode ser compreendido como uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres e seu debate e compreensão são organizados a partir da reflexão dos contextos e relações de poder entre as pessoas.

Um dos cenários onde a hierarquia de gênero se apresenta de forma marcante é no mercado trabalho, através das distinções na oferta de trabalho das mulheres, da segregação ocupacional, da discriminação laboral e remuneratória com base no sexo, e, particularmente no hiato remuneratório entre homens e mulheres. Segundo OLIVEIRA (2008),

A inserção das mulheres nas relações de trabalho não constitui um evento simples, ao contrario, ele é revestido de várias problemáticas. Além de uma desigualdade de cunho social, as mulheres são vítimas da desigualdade de sexo nas relações de trabalho, elas são, na maioria das vezes, as maiores vítimas do desemprego, e quando estão empregadas são submetidas ao trabalho doméstico ou às mais variadas formas de trabalhos, que são caracterizados como precários, pois além de não conferir a elas os direitos constitucionalmente garantidos, ainda não promovem a emancipação e o reconhecimento. (p.325)

Considerando essa realidade, surge a ideia de uma economia feminista, cujo objetivo é repensar a ciência econômica visando melhorar a situação econômica das mulheres, ao explicitar o papel econômico específico das mulheres e da família, bem como as condicionantes a que elas estão sujeitas enquanto agentes econômicos. Nesta, leva-se em conta as relações de poder entre os sexos e considera-se que ser-se homem ou mulher importa para determinar o modo como as decisões são tomadas e os recursos são alocados. Para COELHO (2009)

O poder é tão crucial em economia como em todas as outras formas de relação social. (...) a insuficiência de recursos das mulheres pobres também significa falta de poder. Aqueles que tem poder sobre o outros reconhecem-se facilmente pelo fato de controlarem e terem acesso a recursos. E os recursos dão poder para controlar, recompensar e punir outros. (p.132)

Promover a inclusão produtiva dessas mulheres torna-se uma forma garantir a elas o retorno financeiro e a oportunidade de acesso a um trabalho decente, definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de igualdade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, capaz de garantir uma vida digna às pessoas que o desenvolvem.

Inclusão produtiva, contudo, não é qualquer forma de trabalho. De maneira geral, as pessoas pobres não possuem apenas uma renda precária ou insuficiente, elas encontram-se inseridas em relações injustas de trabalho, em privação de seus direitos. Por inclusão produtiva, portanto, não se entende apenas o acesso ao mercado, mas sim o acesso aos direitos econômicos e sociais. (KRAYCHETE, SANTANA, 2012)

A preocupação com a inserção das mulheres em oportunidades de trabalho não doméstico constitui outra vertente de incorporação da problemática de gênero por políticas públicas locais. Ao se mostrarem sensíveis à demanda de mulheres, redefinindo seu desenho original, esses programas mostram reconhecerem a diversidade da clientela a que se destinam, rompendo com o padrão de políticas públicas dirigidas a um cidadão abstrato e genérico (masculino). Reconhecem, assim – ainda que tal reconhecimento não seja explícito –, a existência de diferenças de gênero. A ação governamental, nesse caso, ajuda a romper barreiras que se interpunham ao acesso de mulheres a oportunidades econômicas.

Muitas dessas mulheres, além de encontrarem dificuldade de inserção em oportunidades de trabalho decente, encontram-se submetidas a relações afetivas marcadas por dependência, submissão e violência. A inclusão produtiva de mulheres em empreendimentos coletivos perpassados pelos princípios da economia solidária vem a contribuir com a reflexão destas sobre suas condições de vida. A garantia desses espaços coletivos se justifica pelo fato de que “o grupo ajuda a constituir para o indivíduo o seu ‘espaço vital’, sendo ao mesmo tempo, influência, instrumento e contexto para a mudança social” (MAILHIOT, 1991). Parte-se, portanto, de uma perspectiva sócio-histórica para compreender os sujeitos e suas interações com o meio, entendendo que, o estudo da subjetividade humana deve ser pensado enquanto a expressão da construção de cada indivíduo inserido em determinado contexto social e histórico (BOCK, 2003).

Com os avanços do movimento feminista, as mulheres tem tido maiores possibilidades - e oportunidades através de algumas políticas públicas - de perceber os impactos causados pela alienação e pelas questões de gênero em suas vidas. Objetivando desconstruir e desnaturalizar os padrões de gênero tão presentes em nossa sociedade, as reflexões sobre essa

temática são utilizadas como “pano de fundo” nas ações de políticas públicas voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade. Tais iniciativas almejam promover ações para as mulheres, garantir a elas uma reflexão sobre suas condições sociais e potencializar a construção de novas referências e bases para uma transformação mais efetiva em suas vidas.

4. A EXPERIÊNCIA DO EMPREENDIMENTO ECONOMICO SOLIDÁRIO AFROARTE

Tendo em vista os elementos discutidos até o momento, partimos para o relato de experiência de implementação de uma política pública de economia solidária na comunidade Vila Bispo de Maura em Ribeirão das Neves e a constituição do empreendimento econômico solidário (EES) Salão de Beleza Afroarte, composto por moradoras da localidade. Serão apresentados aspectos facilitadores e dificultadores de todo o processo, bem como os desafios de se relacionar as ações de economia solidária às estratégias de superação das vulnerabilidades sociais, organizados nos seguintes eixos analíticos: o território, articulação em rede e a experiência do Afroarte: construindo uma ação de protagonismo.

A) O TERRITÓRIO

A cidade de Ribeirão das Neves está localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, situando-se a 23 km da capital. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma área de aproximadamente 154,67 Km² e conta com cerca de 300 mil habitantes, sendo que mais de 30% da população constitui-se por faixas de mais baixa renda (IBGE, 2010).

Ribeirão das Neves ocupa o 6º lugar no ranking de violência e o 9º lugar no índice de exclusão social dentre os 34 municípios da RMBH (AMORIM & POCHMANN, 2003). A cidade possui cinco penitenciárias e um centro de recuperação de jovens adultos, com cerca de 5.000 infratores de diferentes partes do estado cumprindo pena, o que gera estigma para a cidade conhecida como “Cidade Presídio”, aspecto que desestimula seu crescimento econômico (GONÇALVES, 2004).

A situação do município é problemática, pois a cidade apresenta sérios problemas de infraestrutura devido ao rápido crescimento e a falta de planejamento. O processo histórico de expansão urbana acelerada e sem controle não promoveu o desenvolvimento sustentável: comprometeu os recursos hídricos, gerou um tecido urbano desarticulado e comprometeu a infraestrutura de saneamento em termos de esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem pluvial e ausência de pavimentação, causando o surgimento de áreas de risco, que refletem um quadro de carências e de grande precariedade habitacional.

Ribeirão das Neves é considerado um município dormitório, pois a maior parte de seus moradores trabalha na capital mineira ou nos municípios vizinhos. Além disso, o município apresenta altos índices de criminalidade e violência, com várias fragilidades sociais, requerendo o desenvolvimento de ações de prevenção através da oferta de oportunidades de trabalho e renda.

As ações realizadas no município, através do EES Salão Afroarte, foram desenvolvidas junto à população da Vila Bispo de Maura, localizada na Região IV do município, considerada como um assentamento precário e, segundo informações da Secretaria de Assistência Social do município, configura-se como um dos locais mais violentos de Ribeirão das Neves. Para SANTOS (2008)

A razão estrutural dessa situação é fundamentalmente a ausência do poder público, traduzindo-se, principalmente, na falta de creches e escolas, trabalho, lazer, cultura e informação, água e esgoto, moradias dignas, segurança pública, transporte público, atividades geradoras de renda, dentre outras (p.2)

A Vila e suas adjacências concentram uma população estimada de quinze mil pessoas. Assim como a Cidade de Deus, localidade analisada por essa autora, ambos os territórios são marcados por altos índices de violência doméstica, pela violência urbana decorrente do uso e do tráfico de drogas, pela vivência sexual precoce – ocasionando elevadas taxas de paternidade e maternidade na adolescência –, pelo trabalho informal e pela exploração sexual. Soma-se a isso a baixa escolaridade, a insuficiente qualificação e capacitação profissional e a dificuldade de absorção da mão de obra local.

Haja vista os elementos apresentados, o cenário até então descrito justificou a implementação de ações que vislumbrassem o desenvolvimento local e promoção da

cidadania, especialmente o protagonismo, através do incentivo ao empreendedorismo e geração de renda para mulheres.

B) ARTICULAÇÃO EM REDE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA VILA BISPO DE MAURA

Após a identificação e caracterização do território foi firmada uma parceria entre as instituições atuantes na comunidade, as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Cultura de Ribeirão das Neves, com a Associação Preparatória de Cidadãos do Amanhã (APRECIA) e ainda, com a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Tancredo Neves e adjacências (AMATAN), no intuito de potencializar o desenvolvimento das atividades e minimizar os riscos de sobreposição de ações. Estas instituições passaram a compor o grupo de coordenação e acompanhamento do projeto, reafirmando o seu caráter dialógico, participativo e intersetorial.

A busca por uma boa articulação entre as instituições envolvidas no projeto teve como propósito promover ações capazes de gerar impactos não somente na vida das participantes do grupo, mas também no desenvolvimento da comunidade. Nesse sentido,) as estratégias adotadas pelo projeto para a promover o desenvolvimento comunitário vão de encontro as três condições propostas por AMARO (2009):

- a) o diagnóstico participativo das necessidades da comunidade foi realizado através da escuta dos próprios moradores;
- b) para responder as necessidades identificadas pela comunidade foram utilizados os recursos da própria comunidade como uso da associação comunitária para desenvolvimento do projeto e articulação com equipamentos da localidade para divulgar as ações do grupo e constituir parcerias;
- c) articulação de outras áreas na busca de respostas para os conflitos existentes no grupo. Ao identificar a questão do desemprego de mulheres moradoras da comunidade, não era suficiente gerar renda para as mesmas, foi necessário compreender a realidade dessas participantes no intuito de garantir condições mínimas para a permanência no empreendimento.

Com a articulação entre os parceiros e definição das estratégias de intervenção, partiu-se para a mobilização da comunidade para adesão ao projeto de implementar um

empreendimento de economia solidária na localidade. Segundo TORO (2007:5), “a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo em comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”. Entretanto, assim como no estudo de caso da Cidade de Deus e em muitas comunidades marcadas por inúmeras vulnerabilidades sociais, a Vila Bispo de Maura apresenta uma frágil identidade comunitária e a dificuldade dos moradores em estabelecer objetivos comuns, aspectos estes que se configuraram como um entrave à adesão ao projeto.

Várias estratégias de mobilização foram adotadas, devido a crença de que a construção de ações no próprio território poderia contribuir para que os participantes (re)signifiquem as relações com a comunidade e se comprometessem com a transformação deste contexto. A primeira ação de mobilização social foi a realização de um encontro com os moradores da Vila Bispo de Maura e a equipe de coordenação do projeto que seria desenvolvido na localidade. Na ocasião foram apresentados e discutidos os objetivos e pactuada uma proposta de plano de trabalho para desenvolvimento das atividades.

Neste encontro realizou-se um diagnóstico participativo visando o levantamento das principais necessidades sentidas pela comunidade bem como os recursos, ações e dispositivos sociais já existentes na comunidade. Os moradores chamaram a atenção para o grande número de jovens ociosos na Vila, seja por abandono da escola ou ainda pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Identificou-se ainda um alto índice de violência contra mulheres, especialmente entre aquelas que possuíam muitos filhos e nunca puderam trabalhar, aspecto que as limitava a uma relação de extrema dependência com os seus companheiros.

Conforme SANTOS (2008:4), “a falta de trabalho em uma família reflete-se na falta de renda, de habitação, de educação, de alimentação e outras carências que precisam ser supridas para a subsistência humana”. Assim como apontado no estudo de caso do projeto desenvolvido na Cidade de Deus, os obstáculos para a promoção do desenvolvimento em comunidades empobrecidas são muito grandes, haja vista que não se trata de uma questão pontual, mas sim de uma série de questões oriundas de uma situação de precariedade que conduz não só uma família ou grupo de moradores, mas a maior parte dos moradores da comunidade.

Somado a isso, Ribeirão das Neves vem sendo considerada como uma “cidade dormitório”, tendo em vista que a maior parte da população se retira do município para ocupar postos de trabalho em outras cidades, contribuindo para a precariedade dos vínculos,

sentimentos de não-pertencimento e vergonha de habitar a cidade. Deste modo, percebeu-se que as ações de geração de renda para mulheres atenderiam as necessidades identificadas no encontro e, ao serem realizadas na própria comunidade, não demandariam a saída dos participantes para outras cidades.

Visando favorecer a constituição de uma rede de proteção social atuante na localidade, aspecto relevante na promoção de melhorias comunitárias, foram adotadas estratégias embasadas na articulação com lideranças comunitárias, Equipes de Saúde da Família, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e AMATAN, no intuito de mobilizar não apenas integrantes para o projeto, mas outros pontos para discussão na comunidade. Após esse processo, foram identificados 40 mulheres e 01 homem interessados em participar do projeto, todos moradores da Vila Bispo de Maura e de algumas comunidades adjacentes. Durante as discussões com os moradores observou-se a demanda pela realização de cursos de formação na área de beleza.

Para avaliar o real interesse da comunidade, foi realizada uma oficina num domingo, que contou com a participação de uma especialista em penteados afro e que seria a professora contratada para a primeira qualificação profissional do grupo. O evento contou com a presença de 16 mulheres. Durante o encontro a professora fez demonstração de algumas atividades que seriam desenvolvidas no curso como tranças, dreads, penteados afro, escova, dentre outros.

Além disso, foram apresentadas à comunidade as equipes das instituições parceiras, os objetivos do projeto e da formação. As pessoas presentes foram incentivadas a expressar seus interesses e expectativa em relação à formação e à participação no projeto. Diante das manifestações positivas, puderam ser pactuados os horários das aulas e o conteúdo do curso. Ao final, 10 mulheres se comprometeram a ingressar na formação e foram sensibilizadas sobre a oportunidade de, ao término do curso, serem empreendedoras e constituírem um Salão de Beleza coletivo embasado nos princípios da Economia Solidária.

Em conversa com as 6 mulheres que não quiseram aderir a proposta, pode-se constatar que o maior motivador para desistência foi o fato de não se tratar de uma oportunidade de trabalho formal. Para essas mulheres, participar de um grupo informal de trabalho seria continuar na situação marginalizada, de falta de estabilidade profissional e ausência de direitos trabalhistas.

Apesar de valorizarem o trabalho formal, a maioria dessas mulheres nunca teve a oportunidade de ser inserida nesse mercado. Segundo OLIVEIRA (2008)

O trabalho regular ainda é, na sociedade contemporânea, um dos pré-requisitos para se ter acesso aos direitos sociais básicos. Não obstante, é preciso repensar a situação daqueles que não conseguem ter acesso a um trabalho formal. Na sua grande maioria, são os que vivem em situação de extrema pobreza, pois não conseguem reunir nem mesmo o mínimo necessário para a sobrevivência e a de seus familiares (p. 327).

Tendo em vista a possibilidade de outras formas de inclusão produtiva novos convites foram realizados para que essas mulheres aderissem à proposta de inclusão produtiva via Economia Solidária. Entretanto, para essas, trabalhar em grupo e ter que compartilhar os valores da produção com todas as integrantes do empreendimento não foi visto com bons olhos, haja vista a lógica individualista e capitalista, perpassada pela ideia de que ganha-se mais quando se trabalha sozinha. Tal aspecto é muito frequente entre os participantes da economia solidária, pois segundo KRAYCHETE (2012)

A cultura do trabalho associado não se evidencia de forma massiva e a referência do bom trabalho amplamente disseminada é a do emprego assalariado, ainda que a prática majoritariamente vivenciada seja a do trabalho por conta própria. Diante das dificuldades inerentes aos empreendimentos associativos, essas pessoas são atraídas pelas expectativas de um emprego assalariado, mesmo que precário, desde que proporcione uma regularidade de renda. (p.58)

Tais aspectos se configuraram como dificultadores durante todo o processo de constituição e atuação do EES Afroarte, mesmo entre aquelas que viam na Economia solidária uma possibilidade de desenvolvimento e emancipação.

Durante o período de implementação dos projetos, a AMATAN foi utilizada como local para realização dos encontros e das aulas da primeira qualificação profissional. Este espaço apresentava-se em situação de precariedade: a associação estava com pendência no pagamento de água e luz já há alguns meses, os mobiliários eram antigos e danificados, além de apresentar sérios problemas de infraestrutura. Para solucionar algumas das precariedades

foi feita uma rifa de produtos de beleza para arrecadação de recursos financeiros, que foram utilizados para pagamentos das contas em atraso e compra de lanche para aulas.

C) SALÃO AFROARTE: CONSTRUINDO UMA AÇÃO DE PROTAGONISMO

- **O desenho do projeto**

A junção entre as ações que seriam desenvolvidas isoladamente por cada instituição em apenas um projeto permitiu que o grupo recebesse os subsídios necessários à constituição de um negócio coletivo e solidário para a geração de renda. A proposta se constituiu a partir de quatro eixos principais:

- **Infraestrutura:** O salão recebeu insumos para constituição de infraestrutura completa (equipamentos, mobiliário, produtos de beleza, matéria-prima, material de limpeza, dentre outros) subsidiada com recursos das instituições parceiras, bem como realizou-se a locação de espaço físico para dar início as atividades de atendimento ao público.

- **Capacitações técnicas:** o grupo recebeu qualificação profissional no segmento de beleza, inicialmente através de uma professora que, além de habilidades e competências técnicas na área de estética e beleza, possuía experiência no desenvolvimento de ações voltadas para inserção social, cidadania e valorização da cultura afro. O curso teve duração prevista de 200 horas/aula, buscando articular aulas práticas, teóricas e a reflexão sobre as questões étnicas e raciais. Após a implementação do salão de beleza e considerando a demanda do grupo de expandir suas atividades para outro segmento que não apenas os penteados Afro, foi realizada uma segunda capacitação técnica mais ampla que abarcava conteúdos de Cabeleireiro, Química Capilar, Estética e Manicure.

- **Gestão de Negócios e Formação em Economia Solidária:** Concomitante à formação técnica e profissional, as jovens receberam assessoria gerencial relacionada à implantação e gerenciamento de um novo empreendimento. Nesta, foram discutidos o Plano de Negócios do empreendimento, formação financeira, pesquisa de mercado, estabelecimento de regras e divisão de tarefas, pesquisa de preços, marketing e divulgação do negócio. Toda proposta de organização e funcionamento das atividades do salão estiveram pautadas na perspectiva da Economia Solidária.

□ **Acompanhamento psicossocial:** o grupo recebia acompanhamento em encontros semanais que tiveram como objetivo discutir as questões relacionadas ao trabalho em equipe, conflitos grupais e demandas sociais identificadas no grupo. Também eram realizadas rodas de conversa reflexivas para debater temáticas de interesse das participantes que perpassavam o dia a dia das mulheres e do EES, tais como Violência, Educação de Filhos, Família, Drogas, Criminalidade, Direitos, Gênero, etc.

As rodas de conversa reflexivas foram realizadas na perspectiva das Oficinas em Dinâmica de Grupo que, segundo AFONSO (2000:131), trata-se de “um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social”. Deve-se considerar o seu caráter de intervenção psicossocial buscando ir além da perspectiva informativa e transmissionista possibilitando a criação de espaços críticos-reflexivos considerando-se a dimensão cognitiva, afetiva e psicossocial dos sujeitos envolvidos.

Vale ressaltar ainda que todas as ações desenvolvidas se deram “com” o grupo e não “para” o grupo, ocorrendo de forma democrática e contando com a participação ativa das jovens integrantes, tanto no que se refere ao andamento e organização do curso, quanto no que estava relacionado aos conflitos grupais.

A metodologia de acompanhamento do empreendimento se pautava na adaptação às peculiaridades de cada situação, no intuito de que pudessem servir como instrumento de motivação à reflexão das participantes. O fato das intervenções serem co-construídas com as participantes minimiza as chances de o grupo estabelecer uma relação de dependência com os coordenadores e colocá-los no lugar de “donos da verdade”, o que pode prejudicar a tarefa de construção de conhecimentos e o desenvolvimento da própria autonomia. Concordante com estas questões, FREIRE (1987:68), nos diz: "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo".

- **Um convite à Economia Solidária e o entrave do Gênero**

A adesão ao projeto permitiu as mulheres uma primeira capacitação profissional em Penteados Afro. Contudo, a ideia era que após a realização do curso as participantes pudessem formar um coletivo de geração de renda, perpassado pelos princípios da Economia Solidária.

O grupo foi composto por moradoras da Vila Bispo de Maura e adjacências: bairros Nova Pampulha e Tancredo Neves, sendo a maioria expressiva residente na vila, localidade mais empobrecida e marcada por vulnerabilidades. A capacitação teve início com as primeiras 10 mulheres interessadas. Na medida em que as aulas foram sendo desenvolvidas, novas participantes iam sendo mobilizadas pelas próprias integrantes do grupo, as quais já atuavam como multiplicadoras. Na primeira etapa de capacitação havia cerca de 20 mulheres interessadas na proposta, contudo apenas 13 concluíram o curso e aceitaram formar um grupo de economia solidária voltado para o segmento da beleza, a partir da qualificação recebida.

De maneira geral, a maioria das mulheres possui média de 25 anos, 02 filhos e união estável. Os casamentos se deram quando essas ainda eram muito jovens – por volta dos 15 anos e em decorrência da gravidez e da imposição dos companheiros, abandonaram os estudos muito cedo – em média possuíam ensino fundamental ou eram semianalfabetas. As participantes relataram relacionamentos marcados por muitos episódios de violência, submissão e dependência econômica.

A quantidade de filhos e os conflitos familiares configuram-se como grandes empecilhos para que essas mulheres consigam oportunidades de colocação profissional, fator este que as conduz a submissão a trabalhos precarizados como única possibilidade de fonte de renda – associadas a baixa escolaridade, falta de qualificação e nenhuma experiência profissional. Outro aspecto que as mantém na situação de desempregadas é a dificuldade de conseguir cuidadores para seus filhos, haja vista que a localidade não conta com creches públicas e gratuitas. Tal evidência corrobora a ideia apresentada por COELHO (2009):

Mantem-se evidente um *trade-off* entre o trabalho remunerado e o trabalho de cuidado às crianças, ou dito de outro modo, entre os investimentos nas crianças e os investimentos na produtividade do trabalho. Isto significa que a persistência de estruturas de uma sociedade caracterizada pela dominação masculina e continua a influenciar as escolhas que homens e mulheres fazem em relação ao trabalho e a vida familiar (p.131).

Nesse sentido, a busca por oportunidades de trabalho formal e a imediatividade de renda configuraram-se como grandes dificultadores para a permanência das mulheres no projeto.

No intuito de fortalecer a capacidade de ação desses sujeitos, foram sendo trabalhadas as possibilidades de participação de um empreendimento econômico solidário, enquanto instrumento de enfrentamento da situação de pobreza e desigualdades. As iniciativas solidárias são funcionais em três aspectos, segundo GUERIN (2005)

As iniciativas de economia solidária que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem de fato, três funções intersticiais importantes. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar de transformações das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, conciliem melhor vida familiar e vida profissional (p. 17).

Não foram impostas exigências para adesão ao projeto. O único critério apresentado para participação na capacitação profissional era o desejo de fazer parte de um coletivo de geração de renda ao final do curso, no intuito de que o aprendizado pudesse ser compartilhado e socializado pelas integrantes em um grupo de economia solidaria e na própria comunidade, não se limitando a mais um curso profissionalizante que atendesse objetivos meramente individuais.

A qualificação profissional foi organizada em duas etapas: 1) o ensino de competências básicas para o trabalho e técnicas de penteados e 2) módulo avançado em serviços de beleza e algumas aulas eram direcionadas para monitorar as integrantes em suas primeiras atividades práticas no empreendimento. O momento de transição interetapas foi marcado pela realização de atividades iniciais para definição do empreendimento de economia solidária: nome, missão e objetivos do grupo, serviços prestados no segmento de beleza, divisão de tarefas, local e horário de funcionamento. Antes mesmo que fosse constituído o salão de beleza definitivo, as integrantes optaram por iniciar o atendimento ao público com alguns serviços básicos e começar as atividades de divulgação do empreendimento na

comunidade, no município e em eventos externos, ações essas que seriam monitoradas pela capacitadora e equipe do projeto.

Nas reuniões cuja pauta era questões relacionadas ao empreendimento, quando convocadas a tomar decisões e expressar suas vontades ou a vontade do grupo, as participantes apresentavam muitas dificuldades para se posicionar e, quando conseguiam, levava-se em consideração as questões familiares e o quanto as decisões diminuíssem os riscos de conflitos nos relacionamentos conjugais e especialmente no cuidado com os filhos. Nesse sentido, evidencia-se o quanto a questão de gênero se faz presente na medida em que o desejo das mulheres é perpassado pelo que é melhor para a família e para redução de conflitos em seus relacionamentos. Para COELHO (2009)

Muitas pessoas dispõem de uma margem de manobra limitada para fazer opções apenas em função do seu interesse próprio (...) Em muitas sociedades, a própria percepção do interesse próprio é distorcida pelos valores e normas vigentes, como por exemplo, quando estes condicionam as mulheres a identificar de tal modo no seu bem-estar individual com o da família que isso as impossibilita de equacionar de forma minimamente objetiva os seus próprios interesses (p.130).

À exemplo dessas situações, durante o período de acompanhamento do grupo pode-se evidenciar por inúmeras vezes o receio das mulheres em aceitar oportunidades de apresentar o trabalho do empreendimento em eventos externos que aconteciam durante a noite ou aos finais de semana. Segundo as integrantes do grupo, tamanho medo se justificava pela possibilidade desses compromissos profissionais ameaçarem a “tranquilidade” do lar e destoarem dos combinados impostos pelos companheiros. Vale ressaltar que tais acordos são perpassados por padrões hegemônicos e androcêntricos que determinam e naturalizam normas sobre o que compete a ‘boa esposa’ e a ‘boa mãe de família’ na nossa sociedade.

Nos encontros em que era necessário discutir a participação das integrantes do Afroarte em atividades externas foram marcados por muita tensão e angústia, haja vista o conflito emocional das mulheres, que se dividiam entre o desejo de se posicionar conforme sua vontade e a necessidade de manter-se subordinada às exigências familiares. Muitas dessas angústias se faziam presentes nas reuniões do grupo, através de questionamentos como:

“Queria muito ir, mas como sair de casa a noite?”

“Meu marido me perguntou: tem certeza que você tá indo é trabalhar? No final de semana?”

“E as crianças? Com quem eu vou deixar? O XXX (nome do marido) nunca fica com os meninos pra mim”

“Se ele (marido) chegar em casa e não achar o almoço pronto ele acaba comigo”,

“Só vai mulher?” - Pergunta de um marido.

No intuito de minimizar os conflitos familiares, em sua maioria perpassada por questões de gênero, e tendo em vista o objetivo de promover maior autonomia e protagonismo das mulheres em situação de vulnerabilidade, utilizava-se a metodologia de Rodas de Conversa para trabalhar os aspectos psicossociais identificados no grupo.

As temáticas mais trabalhadas com as mulheres estiveram relacionadas a temática de gênero e seus impactos na vida profissional das mulheres. Se antes a vida era limitada a rotina familiar, agora a experiência de traçar uma caminhada rumo a independência e autonomia financeira precisava ser respaldada. Para tal foram discutidos alguns temas: Violência contra a mulher e violência doméstica, Legislações, direitos, rede de proteção a mulher, equipamentos e serviços públicos, dentre outros.

Entretanto, se por um lado o grupo era a chance dessas mulheres conseguirem romper com a relação violenta e de submissão dos companheiros, por outro lado, o grupo também passou a representar um risco para o convívio familiar e, em muitos casos, se tornou motivo para agravar as situações de violência.

“Meu marido num tá gostando desse negócio de eu não precisar mais dele pra comprar minhas coisas. Sei que é pouquinho o que a gente ganha aqui, mas pelo menos é meu”.

“O XXX (nome do marido) quebrou meu secador, minha prancha, meu celular ... falou que se eu fosse pra esse grupo ele me matava. Aí aproveitei que ele saiu pra vir pra cá”.

“Eu não queria fazer o negócio (sexo) com ele, aí ele disse que se eu fizesse ele deixava eu continuar no grupo.. Só assim agora pra eu sair de casa”

“Ele veio me falar que eu to muito saidinha depois que comecei a vir pra cá... só porque eu não abaixo a cabeça mais quando ele vem pra cima de mim”.

Os conflitos familiares – que se agravaram na mesma proporção em que o protagonismo das participantes aumentava - tornaram-se grandes dificultadores para a permanência de algumas mulheres no grupo. O rompimento com as situações de violência doméstica e de gênero é um processo demorado e doloroso. Havia ainda o receio de que a insistência em permanecer no grupo colocasse em risco a segurança dos filhos, considerando as ameaças de alguns companheiros. A ausência de renda significativa também se configurava como um grande dificultador, afinal ainda não era suficiente para romper com a situação de dependência econômica dos companheiros.

Todavia, na contramão desses entraves, os ganhos psicossociais alcançados a partir das reflexões promovidas pelas rodas de conversa e pela percepção de algumas mulheres de que o grupo seria um espaço positivo para compartilhar suas experiências, obter apoio e conseguir enfrentar os conflitos familiares tornaram-se grandes facilitadores para permanência de algumas mulheres no grupo, ainda que a renda não atingisse valores significativos.

Segundo OLIVEIRA (2008), não é suficiente garantir às mulheres em situação de vulnerabilidade oportunidades de acesso ao mundo do trabalho se o modelo de inclusão produtiva não estiver perpassado pela categoria reconhecimento.

O trabalho se configura como uma esfera social básica, pois é com base nele que os indivíduos têm acesso às suas condições materiais mínimas de sobrevivência. É certo que garantir os mínimos é de fundamental importância, mas não é mais suficiente como proposta de amenizar as injustiças sociais. O elemento do reconhecimento deve ser somado a essa discussão para que o indivíduo seja integrado não só no plano material, mas também no âmbito da moral, isso implica dizer no discurso da dignidade humana (p.325).

Nesse sentido, as ações que promovem a inserção profissional de mulheres no mercado de trabalho através dos empreendimentos de economia solidária se justifica pela possibilidade desses coletivos, além de possibilitarem o acesso ao trabalho, entenderem essa categoria como espaço de constituição da identidade e de ação coletiva e individual. Haja vista a sua possibilidade de geração de renda, a economia solidária pode ser compreendida como uma forma de diminuir as desigualdades e dar origem a processos de interações sociais que vinculam solidariedade, participação democrática e emancipação social.

Além de sua capacidade de promover o reconhecimento e empoderamento dos sujeitos que compõe os empreendimentos econômico solidários, a Economia Solidária aponta para uma perspectiva de desenvolvimento local que vai além do aspecto socioeconômico. Para SANTOS (2008)

Como estimulador da mobilização, integração e potencialização dos recursos locais, a partir de processos cooperativos e compartilhados entre agentes diversos, voltados a satisfação de necessidades coletivas, a economia solidária tende a representar uma estratégia exemplar de desenvolvimento local/territorial em bases solidárias, pois atua na reorganização do tecido sócio-produtivo em benefício da própria comunidade (p.6)

Com o final da capacitação, o grupo decidiu constituir o empreendimento em um local próprio, distinto do local das aulas. Nesse momento, o EES Afroarte já havia experimentado a realidade de um negócio e a decisão de partir para uma nova etapa do grupo foi marcada pela evasão de integrantes. Se a capacitação inicial contou com a participação de cerca de 20 mulheres, após um período de convivência, o grupo contava com apenas 12 participantes.

- **A constituição do Negócio**

Após a realização da capacitação profissional, o grupo pode vivenciar a experiência do empreendedorismo através da constituição de um salão de beleza coletivo, norteados pelos princípios da Economia Solidária. À exemplo da participação das mulheres em todas as ações do projeto, para a definição do espaço a ser alugado para funcionamento do novo empreendimento foi organizada uma caminhada com todas as participantes na comunidade e seu entorno para a escolha do melhor ponto.

Nessa perspectiva, após análise dos imóveis disponíveis e com possibilidade de negociação, foi pactuada a implementação do “Salão de Beleza AFROARTE”, no Bairro Nova Pampulha, localidade vizinha a Vila Bispo de Maura, em Ribeirão das Neves.

No intuito de socializar os conhecimentos adquiridos na qualificação técnica, ter acesso a ações socioculturais, bem como experimentar a prática das atividades desenvolvidas no curso, o grupo Afroarte participou de eventos públicos, convidadas pela professora,

instituições parceiras e/ou entidades envolvidas no projeto. Nesse sentido, as mulheres apresentaram o seu trabalho nos seguintes eventos: XVIII Jornada de Cidadania de portadores de Deficiência Física do Hospital Militar de BH, Dia da consciência negra (Palácio das Artes – BH), Dia da Luta contra AIDS (Ribeirão das Neves), Evento para a Família na APAE Neves (Ribeirão das Neves) e IV FIOCRUZ Minas pra Você (BH).

A reflexão sobre essas três estratégias - constituição de um empreendimento com moradores da Vila Bispo, definição de um espaço para funcionamento do empreendimento na própria localidade e a realização de eventos na comunidade e fora dela - evidencia a influencia dessas para a promoção do desenvolvimento comunitário. Conforme apresentado por AMARO (2009), o desenvolvimento local pode ser definido a partir de 10 tributos. Em todas as ações do projeto, especialmente nas três elencadas acima, é possível constatar a relação direta com as ideias defendidas pelo autor. A possibilidade fazer parte de um EES tornou-se para as mulheres integrantes do grupo uma chance de iniciar um processo de mudança capaz de conduzir a melhorias das condições de vida pessoal e da comunidade.

O fato do empreendimento ser alocado na própria comunidade, a partir do desejo das próprias integrantes, permitiu fazer uso das capacidade locais através da lógica do trabalho em parceria. Além disso, a apresentação do trabalho do grupo na comunidade e fora dela permite o fluxo entre a utilização de recursos exógenos no intuito de mobilizar os recursos endógenos. Apresentar o trabalho do EES Afroarte em atividades externas significava apresentar a comunidade Vila Bispo de Maura e todas as suas potencialidades. Exibir o trabalho do grupo para a própria comunidade permitiu fortalecer a identidade comunitária e fortalecer os vínculos entre os moradores.

Esse último aspecto, a oportunidade de romper com os “muros” da residência e da comunidade, espaços limitados de circulação de maioria das participantes do projeto, bem como a possibilidade de obter o reconhecimento da comunidade pelo trabalho desenvolvido, tornaram-se fatores positivo para adesão e permanência de maioria das mulheres no empreendimento. Para essas mulheres ocupar outros espaços sociais através do trabalho traz impactos significativos no fortalecimento da identidade das mesmas, do grupo e da comunidade.

Adota-se aqui o conceito de identidade defendido por VERONESE (2008), no qual considera-se a identidade como uma articulação do individuo com o social a um só tempo estável e provisória, individual e coletiva, biográfica e estrutural. Ela se configura no processo das transações do eu com o outro e com o mundo. Para essa autora,

O trabalho é entendido como lócus do estabelecimento de relações em que as dimensões cognitivas e afetivas do sujeito são postas à prova, desenvolvidas e intensamente vivenciadas nas múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona. Na esfera da intersubjetividade produzida pelo trabalho, vivências e aprendizagens incorporam-se à dimensão identitária dos sujeitos em interação, de tal modo que formas de trabalhar pautadas na cooperação e solidariedade possam ter um impacto significativo sobre a identidade dos trabalhadores associados (p.57).

O Salão AFROARTE foi inaugurado no dia 18 de outubro de 2011. Para tanto, foi realizado um grande evento de inauguração em uma avenida central da comunidade que contou com a participação de Grupos de Economia Solidária do município, integrantes da Biblioteca Municipal e vários artistas da comunidade local, além de atividades artísticas e culturais. O centro das atenções esteve sobre o “Espaço AFROARTE”, um estande onde as integrantes do projeto realizavam demonstração gratuita de penteados e divulgação das atividades do salão.

Após a experiência de atender os clientes no próprio estabelecimento e aprender a atuar de forma solidária e autogestionária, iniciava-se naquele momento a transição do grupo: do status de aprendizes ao patamar de empreendedoras.

d) DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO

Com as capacitações técnicas e gerenciais concluídas, as principais demandas grupais trabalhadas e o espaço físico locado, a ideia era de que as jovens mulheres pudessem assumir toda a gestão e funcionamento do empreendimento, ainda que recebendo o suporte contínuo da coordenação dos projetos.

As jovens mulheres iniciaram as atividades de atendimento ao público na semana que sucedeu a inauguração, porém não encontraram êxito em mobilizar clientes para o salão. Pontuavam dificuldades de atendimento, limitações técnicas para atender a demanda local, conflitos grupais para funcionamento do empreendimento e se depararam com o preconceito de alguns moradores do bairro Nova Pampulha e adjacências em consumir os penteados que valorizavam a cultura afro – eixo principal de trabalho do empreendimento.

Na verdade constatou-se que o estigma maior não estava direcionado ao tipo de serviço prestado, mas sim relacionava-se diretamente com os responsáveis pela prestação do serviço: moradoras de uma favela muito reconhecida pelo altos índices de violência, criminalidade e pelo intenso tráfico de drogas.

O estigma ia de encontro a frágil identidade comunitária e a vergonha que as participantes possuíam de residir na Vila. Tal aspecto também foi identificado na experiência da Cidade de Deus e pode ser elencado como um dos maiores entraves para a promoção do desenvolvimento local, haja vista que, segundo SANTOS (2008)

O desenvolvimento local e ou territorial é um processo endógeno articulado e promovido pela participação cidadã dos atores sociais locais que, ao compreenderem e se apropriarem socialmente da realidade dos seus problemas, buscam compartilhar estratégias que transformem coletivamente as condições do presente (p. 7).

Portanto, enquanto as moradoras da comunidade não tiverem a oportunidade de refletir e agir de forma protagonista e cidadã no que se refere aos problemas da comunidade, tornam-se reduzidas as possibilidades de transformação da realidade. Cabe ressaltar a relevância de projetos que estimulem esse tipo de reflexão, considerando que em ambos os diagnósticos (Cidade de Deus e Vila Bispo de Maura), ao mesmo tempo em que observa-se uma frágil ou ausente identidade comunitária, elenca-se a solidariedade entre moradores como única alternativa para a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. E a inclusão produtiva pela via da economia solidária vai de encontro a esse propósito.

Tendo em vista este cenário, foram feitas reuniões com as participantes para análise da situação e construção de estratégias de resolução do problema, tais como: reflexão sobre a identidade comunitária, protagonismo social, maior empenho na divulgação do salão, comprometimento com a escala de trabalho do grupo, realização de promoções para mobilizar novos clientes, novas capacitações técnicas, dentre outras.

Durante as primeiras semanas de atuação do grupo foram evidenciados inúmeros problemas que impactaram diretamente o grupo: conflitos interpessoais entre as participantes, dificuldade de repartir os lucros provenientes dos poucos atendimentos, questões familiares que inviabilizaram a dedicação ao projeto, impedimentos dos companheiros para que as mulheres continuassem no empreendimento, necessidade de renda imediata, situações de

violência familiar, ausência de cuidadores para as crianças – fazendo com que as integrantes mães levassem os filhos para o local de trabalho e prejudicassem o dia a dia na equipe - , falta de comprometimento com os eventos assumidos pelo grupo e para divisão de tarefas que haviam sido pactuadas.

Diante de tantas dificuldades, algumas mulheres começaram a questionar a continuidade do empreendimento, a própria permanência no grupo e avaliaram que o rendimento financeiro poderia ser maior se trabalhassem por conta própria, uma vez que conseguiram a qualificação profissional através do período que permaneceram no projeto. Foram realizadas intervenções psicossociais no sentido de trabalhar a coesão grupal e o real desejo das integrantes de continuarem no projeto enquanto grupo, haja vista que tratava-se de uma proposta de Empreendimento Econômico Solidário.

Após a realização de rodas de conversa sobre o Processo Grupal e momentos de formação em Economia solidária, algumas mulheres optaram em não continuar no empreendimento. O grupo passou então a ser composto por 7 mulheres. Esgotando-se as possibilidades de lidar com as primeiras dificuldades de sustentabilidade do Salão Afroarte, as jovens sugeriram a adoção de uma nova estratégia para potencializar o salão: a mudança para um novo endereço. Novamente foram organizadas visitas a estabelecimentos disponíveis na comunidade, orientadas pela equipe de coordenação e com a participação de todas as integrantes.

Segundo as participantes, o melhor local de funcionamento do salão seria a própria comunidade Vila Bispo de Maura, haja vista que o público tem o hábito de frequentar serviços de beleza e poderiam valorizar mais o trabalho do grupo. Outro aspecto defendido pelas participantes é que o fato de maioria do grupo residir próximo ao local de trabalho seria um fator positivo para o cumprimento com os combinados. Seguindo o desejo do grupo, foi escolhido um novo imóvel, desta vez na própria Vila Bispo de Maura, no qual o EES Salão Afroarte fora implementado.

A inserção do empreendimento na própria comunidade trouxe benefícios visíveis para o projeto. A proximidade do estabelecimento das residências das jovens realmente favoreceu a organização dos horários de trabalho e a articulação com a vida doméstica de cada uma. Nesse sentido, foi criada uma escala de trabalho de modo que o salão passou a funcionar de quinta-feira a sábado, em horário comercial. A localização, próxima à entrada da Vila e de frente a uma das principais vias de acesso e saída para outros bairros, favoreceu a mobilização dos próprios moradores que passaram a frequentar o salão, possibilitando a circulação de

recursos na comunidade. Observamos aqui o quanto o empreendimento tornou-se potencial para a promoção do desenvolvimento local.

Entretanto, o fato de o salão encontrar-se instalado em uma comunidade carente e, portanto, com baixa disponibilidade de recursos para investimento em serviços como os de estética e beleza, ainda que a preços populares, tornou-se um dos dificultadores para obtenção de renda significativa para partilha entre as integrantes. Soma-se ainda o fato de algumas das mulheres que, procuradas por alguns moradores da vila e seu entorno, realizavam o atendimento esporádico nos próprios domicílios, resultando em uma diminuição do número de clientes do estabelecimento e um enfraquecimento da coesão grupal.

Observou-se ainda a dificuldade de algumas participantes para incorporar os princípios da Economia Solidária, ao demonstrarem grande resistência para trabalhar na perspectiva coletiva e ao optar por desenvolver as atividades de forma autônoma e individual, levando ao afastamento do grupo. Dificuldades semelhantes vêm sendo encontradas na literatura referente a outros grupos de Economia Solidária. Embora discutidos e pactuados com o grupo, a partilha dos lucros e a divisão das responsabilidades configuraram-se como um grande desafio, levando à desistência de 06 mulheres, dentre as 10 que aderiram a constituição inicial do Salão Afroarte.

Tal aspecto também foi identificado por SANTOS no estudo de caso sobre a comunidade Cidade de Deus. Segundo essa autora

Quando uma comunidade opta por uma dinâmica de economia solidária, em geral não está aderindo a tal perspectiva por se identificar com os ideais históricos do trabalho coletivo, mas por uma necessidade desesperada de inserção do mercado de trabalho. A mudança de representação dos trabalhadores ocorre após longa vivência da práxis da economia solidária e assim se percebe reflexos de mudança de comportamento (de uma situação individualista para uma situação coletiva, participativa e democrática) não só nas relações de trabalho, mas nas relações familiares e nas relações sociais da vida em comunidade. (2008:4)

Cabe ressaltar que, muitas vezes, antes mesmo que os preceitos da economia solidária sejam apreendidos pelos participantes, muitos desses já evadiram do empreendimento por motivações diversas, mas especialmente por encontrarem outras formas de inserção no mercado de trabalho, ainda que precarizadas. A compreensão desse aspecto é de fundamental

relevância para se discutir a sustentabilidade dos EES e a potencialidade desses em promover o desenvolvimento de suas comunidades. Afinal, se nem mesmo os integrantes do EES conseguem introjetar os preceitos da economia solidária em um curto espaço de tempo, como esperar que a ECOSOL por si só consiga trazer impactos diretos na comunidade, quando esta é promovida através de políticas públicas executadas em curtos períodos de tempo?

O salão encontrava-se em funcionamento até julho de 2012, contando com 04 mulheres. Estão sendo construídas ações que almejam garantir ao empreendimento AFROARTE as bases necessárias para promover a autonomia, autogestão, autossustentabilidade, bem como a articulação comunitária e a replicação da experiência para outro grupo de jovens do município. Entretanto, cabe ressaltar que, devido ao tempo de execução dos projetos apoiadores do grupo estar se esgotando, tem se buscado incessantemente novas parcerias para o empreendimento, haja vista que sem o suporte necessário o grupo tende ao encerramento devido a seu grau de imaturidade para sustentabilidade do negócio.

Pode-se dizer que mudanças acontecem a partir da prática da economia solidária, não com a intensidade que se poderia esperar, mas constituindo um processo cauteloso, equilibrando a dinâmica de interação entre os trabalhadores, o desenvolvimento do EEs e o desenvolvimento da comunidade. As mudanças ocorridas promovem melhores relações de trabalho. A partir delas, os trabalhadores mais envolvidos e comprometidos com o contexto em que estão inseridos. (SANTOS, 2008:10).

Assim como na Cidade de Deus, o estágio da economia solidária na Vila Bispo ainda é incipiente. Trata-se de um processo que possui uma visibilidade muito recente, para se afirmar que não houve ou houve uma mudança efetiva na cultura do trabalho e na promoção de algum desenvolvimento local. Muito ainda deve ser feito, como fortalecer espaços de interação entre os moradores, promover formações que possibilitem maior conhecimento sobre os processos que estão ocorrendo e abordar a economia solidária como uma alternativa de fato.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na bibliografia atual, ainda são poucas as propostas de intervenção primária em comunidades com alto índice de criminalidade, especialmente nos casos de violência contra mulheres. Segundo FARAH (2004)

as iniciativas locais de combate à violência contra a mulher não resultam, portanto, apenas de uma agenda 'nacional' ligada à questão de gênero, mas tendem a refletir também uma problemática local, que se expressa na mobilização de mulheres em cada município ou em determinada região (p.63).

Durante todo o período de acompanhamento do grupo, foram relatados pelas integrantes inúmeros episódios de violência doméstica, especialmente de gênero. Submetidas a relações violentas, essas mulheres tem um histórico de submissão masculina – pais, irmãos, companheiros – marcado por relações hierárquicas de poder e violência. Este aspecto tem relação direta com a dificuldade das integrantes em assumir posturas ativas e autogestionárias. Tal cenário configura-se como um dificultador para a percepção de capacidades e habilidades de rompimento com as situações de vida precária.

Para além disso, a incipiência de recursos financeiros – e a urgência em obtê-los – para suprir necessidades básicas e urgentes, a fragilidade dos vínculos e uma ética individualista recorrente neste território, somadas à violência e ao tráfico de drogas, parecem ter contribuído para esta realidade. Sem condições mínimas de sobrevivência, torna-se difícil o investimento no próprio negócio, ainda mais quando este é coletivo e perpassado pelos princípios da economia solidária.

Todavia, o desejo de abrir o próprio negócio, ainda que de forma ingênua e individual, pode ser percebido como indicadores de construção da autonomia e empoderamento das participantes. Antes, com poucas perspectivas de geração de renda ou mesmo, submissas às vontades e desejos dos companheiros, estas mulheres passam a vislumbrar um novo horizonte e uma nova perspectiva de projeto de vida. daquelas que se afastaram do projeto, mais da metade continua atuando no segmento de beleza, ainda que de forma individualizada.

A descoberta de habilidades, aptidões e potencialidades através do trabalho no empreendimento configurou-se durante muito tempo como facilitador para a adesão das mulheres ao projeto e a sua permanência no empreendimento.

Apesar de não gerar renda significativa capaz de suprir as necessidades financeiras de suas integrantes, nota-se que este fato não é o principal motivo de evasão das integrantes do grupo. No caso do EES Afroarte, pode-se notar que, apesar dos conflitos, a oportunidade de inserção profissional e o grupo configuraram-se como aspectos facilitadores para a permanência no empreendimento, haja vista que entre si as integrantes puderam compartilhar suas questões e atuar de forma coletiva na superação de muitas dificuldades pessoais, de gênero, comunitárias e do empreendimento.

Sobretudo, a adesão das mulheres ao empreendimento de prestação de serviços de beleza quebrou a ideia de que as atividades na economia solidária são muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. Para CULTI (2004), são atividades de trabalho coletivo e solidário, mas não assistencialistas, ao contrário, trata-se de atividades produtivas de geração de renda. Ao analisarmos a relação entre as categorias Economia Solidária e Gênero constatamos que

A atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades geradoras de renda, abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, independentemente do sexo. Nesse sentido a economia solidária funciona como uma crítica a economia capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração em vista do sexo. (CULTI, 2004, :20).

Quanto as ações dos projetos, ao mesmo tempo em que são positivas no sentido de garantirem recursos e formação para constituição de grupos de geração de renda, tornam-se questionáveis, a medida que não duram o tempo necessário para o amadurecimento dos empreendimentos e de seus beneficiários, tendo que abandoná-los antes mesmo que estes se tornem minimamente autossustentáveis.

No que concerne ao desenvolvimento local, apesar de AMARO defender o diagnóstico participativo das demandas da comunidade e a mobilização das capacidades locais, como

pontos relevantes para promoção do desenvolvimento comunitário, KRAYCHETE ressalta que esses elementos por si só não são suficientes para a garantia do desenvolvimento comunitário, haja vista que

A transformação da economia dos setores populares em formas de trabalho viáveis e socialmente justas pressupõe um ambiente que remova as principais fontes de privação que envolvam as condições de existência desses empreendimentos. É insuficiente pensar isoladamente a sustentabilidade de cada empreendimento, como se a resolução de problemas particulares de cada um resultasse na sustentabilidade do todo. É necessário que haja uma ambiência que contribua para a sustentabilidade do conjunto. (p. 61)

Dessa forma, durante todo o projeto foram adotadas estratégias embasadas na articulação com lideranças comunitárias, Equipes de Saúde da Família, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e AMATAN, no intuito de fortalecer e promover uma reflexão sobre a necessidade de uma rede de proteção social atuante na localidade. Tal aspecto se justifica pela percepção de que a sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária pressupõe um processo de desenvolvimento que conjugue com essa economia a promoção de outros direitos fundamentais.

Portanto, ao discutirmos a questão do desenvolvimento local há que se levar em conta a realidade dos moradores dessas comunidades vulneráveis, não apenas no sentido de identificar potencialidades e recursos endógenos, mas sim em formas de garantia dos direitos sociais mínimos para que essas tenham condições de perceber seu desenvolvimento como algo possível. Quando se coloca nos sujeitos a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento comunitário deve se atentar para o fato de que a implicação desses indivíduos no processo de desenvolvimento territorial só é possível quando essas pessoas conseguem ter acesso as garantias mínimas de cidadania.

No caso de empreendimento Afroarte pode-se constatar que apesar de o projeto atender os 10 requisitos apresentados por AMARO para promoção do desenvolvimento local, o mesmo não conseguiu atingir esse objetivo. Acredita-se que os pontos apresentados por AMARO não são suficientes para tal fim, haja vista que não leva em consideração as particularidades dos sujeitos, nesse caso, as mulheres participantes do grupo.

As questões de gênero também, por exemplo, tornaram-se os maiores motivadores de evasão de integrantes no projeto. Foi necessário trabalhá-las de forma reflexiva, realizando intervenções diretas no cerne dos conflitos existentes para que essas mulheres apresentassem condições mínimas de alcançar o empoderamento, reconhecimento e protagonismo. É somente no momento em que se tornaram sujeitas de suas próprias histórias é que elas se sentiram mobilizadas e preparadas para atuar em prol de suas comunidades.

Da mesma forma, a ausência de uma identidade comunitária traz implicações diretas para a promoção do desenvolvimento. Se os sujeitos não conseguem estabelecer objetivos comuns e não se percebem como agentes de mudança como irão se implicar nas questões locais? Esses dois pontos foram evidenciados no caso do EES Afroarte como uma via de mão dupla, pois se por um lado não houve envolvimento da comunidade em apoiar o projeto, por outro lado as mulheres do grupo se mantinham isoladas da comunidade e não conseguiam se perceber como responsáveis por seu desenvolvimento. Somente quando esses aspectos foram trabalhados com o grupo é que o empreendimento passou a se identificar mais com o território.

Cabe ressaltar, todavia que, ainda que sejam realizadas intervenções no sentido de promover reflexões e mobilizar os moradores e os participantes dos empreendimentos econômico solidários para se implicar em ações capazes de promover o desenvolvimento dos sujeitos e de suas comunidades, muitas questões ainda dependem de intervenções governamentais, especialmente no que diz respeito a garantia e acesso aos direitos de cidadania e direitos sociais básicos.

No caso das questões de gênero, ao pensarmos nas políticas públicas voltadas para mulheres e focadas na Economia Solidária, cabe ressaltar que a falta de apoio - seja do Estado, seja da sociedade civil - e a dificuldade em alcançar a sustentabilidade financeira dos grupos influencia diretamente na forma dos sujeitos aderirem ou não ao modelo de gestão solidário (NARDI, 2006). Nesse sentido, estudos mais aprofundados são necessários, no intuito de dar voz a essas mulheres para se compreender melhor as intervenções realizadas e os reais impactos dos projetos em suas vidas e na comunidade.

Podemos constatar, a partir na experiência do EES Salão de Beleza Afroarte, que os aspectos dificultadores são muito maiores que os aspectos facilitadores para constituição de empreendimentos econômicos solidários em comunidades vulneráveis. Ainda que as mulheres tenham percebido o grupo e a participação no empreendimento como possibilidades reais de acesso ao trabalho digno, obtenção de renda, enfrentamento das situações de violência de

gênero, conquista do reconhecimento, protagonismo e cidadania; as fragilidades que envolvem a sustentabilidade do empreendimento acabam sendo mais fortes para motivar a evasão dessas mulheres em detrimento da permanência no grupo.

Diante de tais aspectos, cabe à gestão pública dedicar-se à avaliação e reflexão sobre suas ações, afinal o que se espera de políticas públicas de economia solidaria que são baseadas na cooperação, solidariedade e almejam o desenvolvimento das comunidades, mas são limitadas a lógica de funcionamento da máquina governamental? Como garantir desenvolvimento se o tempo de execução dos projetos é muito inferior ao tempo mínimo necessário para formação do público alvo nos preceitos da economia solidaria e na consolidação dos empreendimentos de maneira autossustentável? Como promover o desenvolvimento de comunidades vulneráveis quando estas não possuem os direitos sociais mínimos, sequer os insumos mínimos para uma vida digna?

Enquanto essas questões não são levadas em consideração, inúmeros empreendimentos diariamente são fadados a falência pela falta de apoio e suporte adequado e necessário ao êxito de seus participantes e de suas comunidades.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M.L.M. (org.) **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.

AMARO, R.R. **Desenvolvimento Local**. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. 2009 (108-112).

AMORIM, R.; POCHMANN, M. (2003). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Série B: textos básicos de saúde – Brasília, 2005.

ARAÚJO, H.E.; SILVA, F.A.B. **Economia Solidária: um novo paradigma de política pública?** Revista IPEA Mercado de Trabalho. 28. Set. 2005 (29-37)

BOCK, A.M.B. (org.). **A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2003.

COELHO, L. **Economia Feminista**. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. 2009 (128-132).

CULTI, M.N. **Mulheres na Economia Solidária: desafios sociais e políticos**. Texto apresentado no IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas realizado em Bratislava-República Eslovaca, jul. 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 12 jul. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, 32ªed.

GONÇALVES, N.M.O. **Ribeirão das Neves: uma questão de segurança pública.** Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GUERIN, I. Introdução Geral. In: As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005. P.11-30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Populacional 2010.** Brasília – DF, 2010.

KRAYCHETE,G.; SANTANA,A. Economia dos Setores Populares e Inclusão Socioprodutiva: conceitos e políticas públicas. Revista IPEA Mercado de Trabalho. n.52. Ago.2012 (55-62).

MAILHIOT, G. B. **Dinâmica e gênese dos grupos.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1991.

NARDI, Henrique Caetano et al . **Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária.** Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 set. 2012.

OLIVEIRA, J.P. **Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social.** Revista Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008 (325-332).

RAIMBEAU, C. **Ocupar, resistir e produzir.** In: ABREU, J. (Org.). Desafios da Economia Solidária. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (Le Monde Diplomatique Brasil), 2008.

RATTNER, H. **Economia solidária – por quê?** In: ABREU, J. (Org.). Desafios da Economia Solidária. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (Le Monde Diplomatique Brasil), 2008.

REINTJES, C. **Outra economia, além do capital.** In: ABREU, J. (Org.). Desafios da Economia Solidária. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (Le Monde Diplomatique Brasil), 2008.

REIS, Bruno P. W. **O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia.** RBCS Vol. 18 nº. 52 junho/2003.

SANTOS, A.M. **"A contribuição da economia solidária para o desenvolvimento local em Cidade de Deus"** in Sociedade Portuguesa de Sociologia (org.), *VI Congresso Português de Sociologia.* Lisboa: SPS, 2008.

SCHIOCHET, Valmir. **Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios.** In: Gestão Pública e Sociedade: fundamentos de políticas públicas de economia solidária / Édi Benini...[et al] (organizadores), 1.ed. São Paulo : Outras expressões, 2011, vol.1.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres?** In: MELLO, S.L.; BARBIERI, E.M.; SIGOLO, V.M. (Orgs.) Economia Solidária e Auto Gestão: encontros internacionais. Vol. 2. São Paulo: NESOL-USP, TCP-USP, 2007.

TORO, B. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica: 2007.

VERONESSE, M.V. **Psicologia Social & Economia Solidária.** São Paulo: Idéias & Letras, 2008.